



**MENSAGEM EM REF. PROJETO DE LEI Nº 007/2026-EXEC. DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,  
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES,**

Encaminhamos para apreciação dos nobres vereadores do Município de Jijoca de Jericoacoara-CE, o presente projeto de lei em caráter de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PATROCÍNIO CULTURAL ÀS QUADRILHAS JUNINAS DECLARADAS PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

As quadrilhas juninas constituem uma das mais relevantes expressões da cultura popular nordestina, representando não apenas manifestações artísticas, mas verdadeiros espaços de preservação da identidade, da memória coletiva e da tradição cultural do nosso povo. Em Jijoca de Jericoacoara, tais manifestações alcançaram reconhecimento formal por meio de leis específicas que declararam como Patrimônio Cultural Imaterial do Município a Quadrilha Junina Arraiá Lagoa Azul e a Quadrilha Junina Jacarecoara, evidenciando sua importância histórica, social e cultural.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar apoio financeiro direto a essas manifestações culturais já reconhecidas por esta Casa Legislativa, como forma de garantir sua continuidade, fortalecimento e valorização, especialmente diante dos elevados custos envolvidos na organização, produção e participação em festivais e apresentações juninas.

Destaca-se que a proposta autoriza a concessão do patrocínio sem a realização de edital público, em razão do reconhecimento legal prévio das quadrilhas como bens culturais imateriais, caracterizando-se como medida específica de proteção cultural, compatível com os princípios da legalidade, da impessoalidade e do interesse público.

No que se refere aos valores estabelecidos, o Projeto de Lei prevê o repasse de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para cada uma das quadrilhas beneficiadas, além de uma complementação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) destinada à Quadrilha Junina Jacarecoara, em razão das peculiaridades territoriais e das maiores dificuldades de locomoção, transporte e logística enfrentadas pelos grupos sediados na localidade de Jericoacoara. Trata-se de medida compensatória, fundada em critérios objetivos, que não configura privilégio, mas sim adequação proporcional às condições geográficas do Município.

Rua Nazaré Vasconcelos, 1707 - CEP: 62.598-000 - Centro, Jijoca de Jericoacoara/CE  
CNPJ: 23.718.034/0001 - 11 - CGF: 06.920.643-0

CÂMARA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE  
PROTÓCOLO Nº 2361, 2026

DATA: 09/02/2026 HORA: 16:25

Assinatura: *[Assinatura]*  
Mário Amâncio



O Projeto também contempla a possibilidade de repasse dos recursos a representante formal de grupo cultural informal, quando inexistente pessoa jurídica constituída, assegurando, contudo, a devida responsabilização pela correta aplicação dos recursos públicos e a exigência de prestação de contas, ainda que em formato simplificado.

Dessa forma, a presente iniciativa reafirma o compromisso do Município de Jijoca de Jericoacoara com a valorização da cultura popular, o fortalecimento da economia criativa, o incentivo à participação comunitária e a preservação de manifestações culturais que integram o patrimônio imaterial da nossa história.

Certo da sensibilidade cultural e do elevado espírito público dos Nobres Vereadores, conto com a aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**LEANDRO CESAR DE SOUSA**

Prefeito Municipal





**PROJETO DE LEI Nº 007/2026-EXEC, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PATROCÍNIO CULTURAL ÀS QUADRILHAS JUNINAS DECLARADAS PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA, ESTADO DO CEARA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder patrocínio cultural às Quadrilhas Juninas declaradas Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Jijoca de Jericoacoara, com a finalidade de assegurar a preservação, valorização e continuidade das manifestações culturais tradicionais.

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei, são consideradas beneficiárias:

- I.** Quadrilha Junina Arraiá Lagoa Azul, declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 457/2017;
- II.** Quadrilha Junina Jacarecoara, declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 932/2025.

**Art. 3º.** Fica autorizado o Município repassar, no ano de 2026, os seguintes valores, a título de patrocínio cultural:

- I.** R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para cada uma das quadrilhas referidas no art. 2º desta Lei;
- II.** R\$ 10.000,00 (dez mil reais) adicionais, a título de complementação de apoio logístico, destinados exclusivamente à Quadrilha Junina Jacarecoara, em razão das maiores dificuldades de locomoção, transporte e logística decorrentes da distância geográfica e das especificidades territoriais da localidade de Jericoacoara.

**Parágrafo único.** O valor adicional previsto no inciso II não caracteriza privilégio, tratando-se de medida compensatória proporcional, fundamentada em critérios objetivos

Rua Nazaré Vasconcelos, 1707 - CEP: 62.598-000 - Centro, Jijoca de Jericoacoara/CE  
CNPJ: 23.718.034/0001 - 11 - CGF: 06.920.643-0



de logística e acesso.

**Art. 4º.** O patrocínio cultural de que trata esta Lei poderá ser concedido sem a realização de edital público, em razão do reconhecimento legal prévio das quadrilhas como patrimônio cultural imaterial do Município, caracterizando-se como medida de proteção cultural específica.

**Art. 5º.** Os recursos destinados ao patrocínio cultural poderão ser utilizados, dentre outras finalidades diretamente relacionadas às apresentações juninas:

- I. confecção e aquisição de figurinos;
- II. cenografia, adereços e elementos cênicos;
- III. contratação de músicos, coreógrafos, marcadores e equipe técnica;
- IV. transporte, alimentação e logística;
- V. despesas operacionais necessárias à execução das atividades culturais.

**Art. 6º.** O repasse dos recursos poderá ser efetuado:

- I. diretamente à pessoa jurídica responsável pela quadrilha, quando houver;
- II. excepcionalmente, a representante formal do grupo cultural informal, pessoa física maior e capaz, indicada pela quadrilha, que assumirá integral responsabilidade pela correta aplicação dos recursos públicos.

**§1º** O representante referido no inciso II deverá ser previamente cadastrado junto à Administração Municipal, mediante apresentação de documentos pessoais, declaração de representação do grupo e termo de responsabilidade.

**§2º** O representante responderá administrativa, civil e penalmente pela aplicação indevida dos recursos.

**Art. 7º.** A concessão do patrocínio cultural não gera direito adquirido, vínculo empregatício ou obrigação de continuidade, ficando condicionada à disponibilidade orçamentária.

**Art. 8º.** A concessão de patrocínio cultural às quadrilhas juninas declaradas Patrimônio Cultural Imaterial do Município fica condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:





- I. apresentação de plano simplificado de aplicação dos recursos, previamente aprovado por comissão específica, a ser instituída no âmbito da Secretaria Municipal de Governo, Esporte e Cultura;
- II. prestação de contas simplificada, na forma e nos prazos definidos pelo Poder Executivo Municipal;
- III. comprovação da efetiva realização das atividades culturais patrocinadas, nos termos do plano aprovado.

**§ 1º** A comissão de que trata o inciso I será composta na forma definida em regulamento, com atribuição de analisar, aprovar e acompanhar a execução do plano simplificado de aplicação dos recursos.

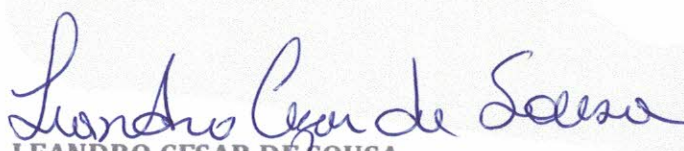
**§ 2º** A entidade ou grupo cultural beneficiado que deixar de prestar contas, ou tiver suas contas reprovadas, ficará impedido de receber novo patrocínio ou benefício cultural do Município, até a regularização da pendência, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal responsável pela política cultural, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 10.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA, AOS 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

  
**LEANDRO CESAR DE SOUSA**  
Prefeito Municipal

